



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

**Concurso Público
Nível Superior**

Aplicação: 21/7/2007

**CARGO: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE
TELECOMUNICAÇÕES**

CURSO DE FORMAÇÃO — 2.^a Turma

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno, verifique se ele contém oitenta itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 80.
- 2** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3** Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5** A duração da prova é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 21/7/2007** — após as 18 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva do Curso de Formação — 2.^a Turma: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- II 23 e 24/7/2007** — Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 9/8/2007** — Resultados finais do Curso de Formação — 2.^a Turma e do concurso: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006 — ANATEL, de 11/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 80 se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizada, a sigla ANATEL referir-se-á, dependendo do contexto, à Agência Nacional de Telecomunicações.
- Os itens devem ser julgados exclusivamente com base nas respectivas apostilas do Curso de Formação – 2.^a Turma, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

PROVA OBJETIVA

Acerca da estrutura orgânica e das atribuições da ANATEL, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Além dos órgãos superiores, da presidência executiva, dos órgãos a ela vinculados, e da ouvidoria, fazem parte da estrutura organizacional da ANATEL seis superintendências, mas nenhuma delas está relacionada a serviços de comunicação de massa.
- 2 O conselho consultivo é formado por dois conselheiros indicados pelo Senado Federal, dois conselheiros indicados pela Câmara dos Deputados, dois conselheiros indicados pelo Poder Executivo, dois conselheiros indicados por entidades de classes, dois conselheiros indicados por entidades representativas dos usuários e dois conselheiros indicados por entidades representativas da sociedade.
- 3 Havendo necessidade de nomeação de novo titular ou no caso de impedimento de conselheiro do Conselho Diretor, será feita a substituição por integrante da lista de substituição. Os substitutos serão chamados na ordem de precedência na lista, observado o sistema de rodízio.
- 4 São algumas das atribuições do conselho consultivo aconselhar quanto à instituição ou eliminação da prestação de serviço no regime público e apreciar os relatórios anuais do Conselho Diretor.
- 5 São atribuições da assessoria de relações com usuários assistir os órgãos da ANATEL em relação aos assuntos de defesa e proteção dos direitos dos usuários; receber, responder ou encaminhar, quando for o caso, interna ou externamente, solicitações, queixas ou comentários por parte de usuários dos serviços de telecomunicações e desenvolver e implementar métodos e procedimentos destinados ao relacionamento entre a ANATEL e os usuários dos serviços de telecomunicações. A administração da central de atendimento ao usuário, contudo, cabe à superintendência de administração geral.
- 6 A assessoria parlamentar e de comunicação social elabora o plano de comunicação da ANATEL e coordena a sua execução, e a superintendência de universalização promove a divulgação, interna e externa, das atividades dessa agência.

Acerca dos procedimentos operacionais e administrativos da ANATEL, julgue os itens seguintes.

- 7 A consulta pública tem por finalidade submeter minuta de ato normativo ou documento ou assunto de interesse relevante a comentários e sugestões do público em geral. Os comentários e sugestões encaminhados e devidamente justificados deverão ser consolidados em documento próprio a ser enviado à autoridade competente, contendo as razões para sua adoção ou não, ficando o documento arquivado na biblioteca da ANATEL, à disposição do público interessado.

- 8 O procedimento de mediação é instaurado para solucionar conflito de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações ou entre estas e usuários, enquanto a arbitragem visa à solução de pendências relativas ao reconhecimento ou atribuição de direitos em razão de solicitação, escrita e de comum acordo, de dois ou mais interessados.
- 9 No procedimento administrativo, as notificações serão feitas pessoalmente, por ofício com aviso de recebimento ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, constituindo ônus do requerente informar seu endereço para correspondência, bem como alterações posteriores.
- 10 Qualquer pessoa que tiver seu direito violado ou tiver conhecimento de violação da ordem jurídica, envolvendo matéria de competência da ANATEL, poderá reclamar ou denunciar o fato, desde que se identifique, uma vez que a denúncia anônima somente é aceita em caso de crime.
- 11 O denunciado deverá ser notificado para apresentar a sua defesa no prazo de 5 dias úteis, sendo de 60 dias o prazo para a conclusão do procedimento administrativo para averiguação da denúncia.

Acerca da reestruturação do Estado brasileiro e das agências reguladoras, julgue os itens subseqüentes.

- 12 Nos EUA, após a edição de uma lei geral de procedimento administrativo — *Administrative Procedural Act (APA)* —, o processo de tomada de decisões pelas agências tornou-se uniforme, conferindo-lhes maior legitimidade.
- 13 Até a década de 70 do século passado, os monopólios de equipamentos e de serviços na área de telecomunicações eram encarados como fatores de eficiência e deveriam buscar a universalização, com tarifas baseadas em custos, mas viabilizadas por políticas de subsídios cruzados.
- 14 A privatização dos serviços de telecomunicações no Brasil contribuiu para a superação da crise fiscal, liberando recursos do Estado para investimentos sociais, promoveu a modernização tecnológica dos sistemas nacionais e, conseqüentemente, diminuiu a oferta de emprego nesse setor.

A Lei n.º 9.472/1997, Lei Geral das Telecomunicações (LGT), definiu o novo modelo das telecomunicações mediante: o estabelecimento de princípios fundamentais a serem observados; a criação da ANATEL; a organização dos serviços de telecomunicações e a abertura à competição nessa área; a reestruturação e a desestatização das empresas federais de telecomunicações. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 15 A ANATEL, autarquia especial vinculada ao Ministério da Comunicações, é um órgão técnico, com independência administrativa e autonomia financeira.
- 16 A ANATEL tem competência para editar atos normativos de caráter geral, minudenciando os delineamentos impostos pelas leis de telecomunicações, para ensejar a sua fiel execução, bem como pelos decretos que forem baixados pelo presidente da República, o que significa que a referida agência tem poder normativo infralegal sobre o setor de telecomunicações.
- 17 Os serviços de telecomunicações são classificados, quanto ao regime jurídico de sua prestação, em serviços públicos e serviços privados, devendo ser desconsiderada a abrangência dos interesses a que atendam.
- 18 A exploração do serviço de telecomunicação prescinde de outorga prévia do poder público.
- 19 Com fulcro nos princípios gerais da atividade econômica, especialmente o da livre concorrência e o da defesa do consumidor-usuário, foram estabelecidas as diretrizes norteadoras da atividade de exploração dos serviços de telecomunicação no regime privado, entre as quais estão a garantia da diversidade dos serviços, do incremento de sua oferta e de sua qualidade, do respeito aos direitos dos usuários, da convivência entre as várias modalidades de serviço e da preferência a ser observada em favor dos serviços prestados sob regime privado.
- 20 A indicação do objeto, da área e do prazo de concessão, os deveres da universalização e continuidade do serviço, o valor, a forma e as condições de pagamento e os critérios e procedimentos para fixação, reajuste e revisão das tarifas são, entre outras, cláusulas necessárias do contrato de concessão.

Com relação a outorgas e ao Plano Geral de Outorgas (PGO), julgue os itens seguintes.

- 21 É cabível a concessão de serviços de interesse restrito, desde que prestados em regime público, sujeitando-se a concessionária às obrigações de continuidade e de universalização, entre outras.
- 22 É cabível a autorização para a prestação de serviços no regime público, desde que em caráter provisório, até que seja normalizada a situação excepcional que a tenha ensejado e, nesse caso, a autorizada é obrigada à continuidade e à universalização.
- 23 De acordo com o PGO, que dividiu geograficamente o Brasil em quatro regiões, são direitos das prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) a constituição e a operação de redes para a prestação desse serviço.
- 24 De acordo com o PGO, apenas a EMBRATEL e a TELESP foram autorizadas, na forma de concessão, a operar na região III.

Com relação ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), julgue os seguintes itens.

- 25 Obrigações de universalização objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, e destinam-se a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.
- 26 Cabe à ANATEL, por meio de fiscalização, que compreende ação em campo e análise para avaliação de mérito, a verificação do cumprimento ou não de obrigações de universalização; verificada a inobservância de atendimento das metas de universalização por parte de concessionária, a ANATEL poderá decretar a intervenção nessa concessionária.
- 27 O PGMU foi definido pela LGT e deverá ser revisto a cada ano, por decreto a ser sancionado pelo presidente da República.
- 28 O contrato de concessão indicará deveres relativos à universalização e à continuidade do serviço a ser prestado, sendo o PGMU parte desse contrato.

Julgue os próximos itens, relativos a procedimentos de outorga dos serviços de telecomunicações.

- 29 Um sistema de controle remoto por radiofrequência para a abertura de portões de um edifício residencial privado independe de concessão, permissão ou autorização por parte da ANATEL, desde que as atividades de telecomunicações desse sistema estejam restritas aos limites da referida edificação.
- 30 De acordo com a LGT, uma concessionária de serviços de telecomunicações prestados em regime público está isenta do atendimento de lei municipal que proíba a instalação de equipamentos de telecomunicações imprescindíveis para a prestação efetiva do serviço e para o atendimento das metas de universalização.
- 31 Denomina-se ato o instrumento celebrado entre as autoridades dos serviços de telecomunicações e a ANATEL em que são fixadas as condições da prestação desses serviços. Esse instrumento aplica-se somente a serviços prestados no regime privado e de interesse coletivo.
- 32 Por meio da licença para funcionamento de estação, a ANATEL reconhece o direito de funcionamento de uma estação de telecomunicações.
- 33 Cabe às concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações o pagamento anual de taxa de fiscalização de funcionamento, pela fiscalização do funcionamento das estações de telecomunicações.

Quanto ao monitoramento e à fiscalização feitos pela ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 34 Deve o agente de fiscalização, como parte de suas responsabilidades, recomendar ao responsável da concessionária fiscalizada os ajustes necessários aos equipamentos de telecomunicações para a devida obediência às normas da ANATEL.
- 35 Todo efeito de energia não-desejada produzido por radiações sobre a recepção de um sistema de comunicação deve ser combatido como interferência, mesmo que esse efeito não produza degradação da qualidade, falha ou perda de informação.

- 36** Entre os critérios que definem a prioridade do atendimento de reclamação de radiointerferência acolhida, inclui-se a gravidade das conseqüências que podem advir da continuidade da radiointerferência, especialmente as que implicam risco à vida humana.
- 37** O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME) da ANATEL opera em rede integrada e une a gestão administrativa e o controle do espectro por meio de funções automatizadas.
- 38** Entre as atividades executadas no escopo do SGME da ANATEL, encontra-se a avaliação da cobertura e da qualidade de emissões radioelétricas.
- 39** Radiogoniometria é a atividade que possibilita a determinação dos riscos à saúde do homem advindos da radiação eletromagnética e tem como base o conhecimento das propriedades da interação das ondas eletromagnéticas e os efeitos biológicos dessas ondas em seres humanos.
- 40** É recomendado o uso de antenas não-giratórias para a realização de atividades de goniometria em telecomunicações.

Nas modernas economias de mercado, a redefinição do papel do Estado o levou a assumir responsabilidades crescentes na fixação dos marcos regulatórios, que norteiam a atividade econômica em setores específicos. Utilizando os conceitos básicos da economia da regulação, julgue os itens que se seguem.

- 41** Na ausência de subaditividade de custos e coalizões estratégicas, a competição permite produzir mais com menores custos.
- 42** Nos serviços de utilidade pública, como o fornecimento de água tratada, a existência de monopólio natural deve-se à presença de economias de escala na produção desses serviços.
- 43** Nos monopólios naturais permanentes, aumentos da demanda exaurem as economias de escala, contribuindo, assim, para o aumento da competição no setor e a eliminação do monopólio.
- 44** O processo de revisão tarifária, além de mais abrangente que os processos de reajustes tarifários, estimulam melhorias de eficiência para as empresas reguladas.

No que diz respeito à regulação no setor de telecomunicações, julgue os itens a seguir.

- 45** No setor de telecomunicações, a intervenção do governo justifica-se, em parte, pela existência de externalidades de rede, que confere poder de mercado às incumbentes.
- 46** As agências reguladoras confrontam-se com um *trade-off* básico, explicitado pelo fato de que esquemas regulatórios que conduzam a maiores extrações de renda das empresas reguladas podem reduzir os incentivos às melhorias de produtividade.

O modelo de custo incremental de longo prazo (LRIC) constitui um importante marco regulatório, sendo usado no Brasil e em outros países. A respeito desse método, julgue os itens a seguir.

- 47** A formação das tarifas de interconexão e *unbundling* baseadas no modelo citado levará em conta não somente todos os custos incrementais de longo prazo, mas também a amortização dos investimentos realizados pelas empresas.
- 48** Críticos desse modelo alegam que a dificuldade de calcular os custos marginais tende a exigir maior interferência dos reguladores e pode reduzir os incentivos associados à adoção desse modelo.
- 49** A amortização dos investimentos no âmbito desse modelo reforça o efeito expropriação e, portanto, eleva o seu caráter confiscatório.

A regulação baseada nas taxas de retorno é um tipo clássico de esquema regulatório. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 50** Nesse esquema regulatório, o cômputo do requerimento de receitas baseia-se nos custos operacionais históricos, porém excluem os impactos da inflação e de outros choques futuros.
- 51** Uma das desvantagens associadas a esse tipo de regulação advém do fato de que ele provoca a sobrecapitalização das empresas.

Com relação à regulação de tarifas do tipo *price cap*, julgue os itens seguintes.

- 52** Os preços-teto são fixados durante um período de vários anos e, portanto, o estímulo à produtividade depende, crucialmente, do *lag* regulatório.
- 53** O intervalo de tempo entre revisões dos tetos para os preços é tanto menor quanto maior for a elasticidade do preço da demanda que prevalece no mercado regulado.
- 54** Os elevados incentivos à redução de custos, que existem nesse esquema regulatório, tende a comprometer a qualidade do serviço prestado.
- 55** A impossibilidade de incorporar fatores de custos não controláveis pela firma nos preços-teto tende a reduzir a rentabilidade das empresas que operam sob esse marco regulatório.

No que se refere à dinâmica tecnológica e novas fronteiras regulatórias em telecomunicações, julgue os itens subseqüentes.

- 56** Ações preventivas no mercado de telecomunicações são necessárias quando existe maior probabilidade de competição.
- 57** Empresas que detêm poder de mercado significativo (PMS) atuam em mercados em que existem barreiras elevadas a entradas, não transitórias, e nos quais a aplicação da lei da concorrência não é suficiente para corrigir as falhas de mercado.
- 58** Os serviços providos pelas redes de telefonia fixa, em razão de apresentarem custos fixos baixos e custos elevados de utilização, têm, no futuro, maior probabilidade de serem transacionados em mercados competitivos.

- 59** Na provisão dos serviços de banda larga, em razão de a capacidade de armazenamento dos dados dos celulares ser limitada, a telefonia móvel não contesta o mercado desses serviços providos pelas redes fixas.
- 60** O *unbundling*, que constitui um exemplo de política pró-concorrência, obriga o incumbente a negociações sobre serviços específicos com as firmas entrantes, porém, permite que a incumbente proceda a venda casada desses serviços.
- 61** No sistema CPP (*calling party pays*), em razão da existência de poder de mercado na terminação das chamadas, serviços telefônicos pré-pagos são inviabilizados.

A implementação de políticas de universalização na área de telecomunicações permite estender os benefícios desses serviços ao maior número possível de usuários. Sobre esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 62** No setor de telecomunicações, a existência de imperfeições de mercado, causadas pela fixação de preços desses serviços acima do custo marginal, justifica a adoção de políticas de universalização.
- 63** As economias de escala e escopo, que caracterizam o mercado de serviços de telecomunicações, por permitir o uso de práticas de discriminação de preços, inviabiliza a universalização desses serviços, reduzindo os ganhos de bem-estar social.

Julgue os itens seguintes, que se referem aos aspectos jurídicos da concessão de serviços públicos e aos contratos de concessão em telecomunicações.

- 64** A delegação de atividades estatais, como os serviços de telecomunicações, pode se dar pela forma legal ou negocial.
- 65** As concessionárias de serviços públicos de telecomunicações não fazem jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, em decorrência do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- 66** A lei dispõe que as minutas dos contratos de concessão de serviços de telecomunicações devem ser submetidas a consulta pública prévia.
- 67** As alterações do controle de sociedades concessionárias de serviços de telecomunicações sempre dependem de prévia aprovação pela ANATEL.
- 68** Considere que, durante o prazo de concessão, em face de razão extraordinária de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após o pagamento de prévia indenização, a União tenha retomado o serviço de telecomunicação. Nesse caso, é correto afirmar que o contrato administrativo foi extinto por caducidade.

Acerca dos fundos e da política tributária do setor de telecomunicações, julgue os itens que se seguem.

- 69** As prestadoras de serviços de telecomunicações são as contribuintes de fato do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), pois têm relação direta com o fato gerador do referido tributo, não podendo esse encargo recair sobre o consumidor final.
- 70** Segundo o entendimento jurisprudencial dominante, o serviço de provimento de acesso discado à Internet não está sujeito ao ICMS.
- 71** Apenas poderá incidir o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre as hipóteses taxativamente previstas no rol da Lei Complementar n.º 116/2003, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

Julgue os itens a seguir, relativos a sistemas de comunicações.

- 72** As comunicações fundamentadas em sinais elétricos permitem padronizar, quantificar, transportar, agrupar e distribuir a informação de maneira rápida e eficiente. Na maioria dos sistemas, a transmissão de informação está estreitamente relacionada com a modulação, isto é, com a variação no tempo de um sinal denominado portadora.
- 73** Para que uma informação seja recebida sem erro no receptor, é necessário que o sinal elétrico associado seja periódico, de modo que ocupe uma faixa de frequência teoricamente infinita. Nesse caso, o meio de transmissão funciona como um canal passa-banda, limitando a banda de frequências para a faixa respectiva do serviço de comunicação.
- 74** Os sistemas de comunicação analógicos, em comparação aos sistemas digitais, têm como vantagem a maior imunidade a ruídos e interferências externas. Apesar disso, os serviços de comunicação estão sendo convertidos para o formato digital devido ao fato de os sistemas digitais necessitarem, em comparação aos sistemas analógicos, menor banda passante para que seja transmitida determinada quantidade de informação.
- 75** A transmissão de sinal através do meio que separa o transmissor e o receptor da informação pode ocorrer em banda básica ou em banda passante. Neste último caso, é necessário adequar o sinal ao canal de transmissão por meio do processo de modulação, que permite, entre outros, adaptar a sensibilidade do receptor às características do canal.

Com relação a políticas de defesa a concorrência em telecomunicações, julgue os itens a seguir.

76 Políticas de concorrência compreendem iniciativas governamentais que facilitam a rivalidade empresarial efetiva, promovendo a eficiência e assegurando o crescimento de mercados. Nesse sentido, a participação governamental é fundamental ao estabelecer regulamentos rígidos que devem ser seguidos pelas empresas e que controlam o mercado para que ele supra à demanda julgada essencial ao desenvolvimento econômico e social da população.

77 Considere a seguinte situação hipotética.

Na fase atual de implantação da denominada terceira geração da telefonia móvel celular, dois grupos empresariais que já atuam no segmento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) decidiram firmar acordos de exclusividade e definir preços predatórios em serviços de acesso à Internet por dispositivo móvel.

Nessa situação, cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em seu papel repressivo, analisar a existência de conduta anticoncorrencial e reprimir, no que for cabível e no momento oportuno, as duas práticas infrativas à ordem econômica a serem realizadas pelos referidos grupos empresariais.

78 Empresas concessionárias de serviços de telecomunicações, para procederem à transferência do seu capital social ou à cisão, fusão, transformação, incorporação ou redução do seu capital, devem solicitar prévia análise da ANATEL, que, nesses casos, substitui o CADE na aprovação do negócio.

79 Para propiciar a existência de efetiva concorrência ou para impedir a concentração do mercado, pode a ANATEL, diferentemente do CADE, agir preventivamente, estabelecendo, *a priori*, restrições, limites e condicionamentos, tanto a empresas quanto a grupos empresariais em relação às suas possibilidades de obtenção ou transferência de concessões ou autorizações.

80 A Lei Geral de Telecomunicações estabelece que a ANATEL deve implementar instrumentos efetivos na proteção da livre concorrência no mercado de telecomunicações embasada no princípio da simetria regulatória, estabelecendo, por exemplo, a obrigação da universalização dos meios de comunicação tanto às concessionárias quanto às autorizadas de prestação de serviços de telecomunicações.